

# A Universidade Aberta do Brasil em Moçambique:

A experiência de um programa de cooperação internacional no continente africano



**Oreste Preti**

Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Coordenador do Núcleo de Educação a Distância (NEAD), em Moçambique.

A Universidade Aberta do Brasil em Moçambique:  
A experiência de um programa de cooperação internacional no  
continente africano

## RESUMO

Em novembro de 2010, o Ministério da Educação instituiu o “Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique” para qualificar servidores públicos de Moçambique. Participam quatro universidades públicas do Brasil e duas de Moçambique. Iremos relatar a trajetória dessa experiência, identificar e analisar algumas “pedras” surgidas nos processos de gestão do Programa para apontar elementos que consideramos ter que estar presentes na implantação de um programa de cooperação internacional no campo da educação.

**Palavras-chave:** Educação a distância. Universidade Aberta do Brasil. Cooperação internacional.

## ABSTRACT

In November 2010 the Ministry of Education established the "Program to Support Expansion of Higher Distance Education in Mozambique" to train manager and teachers of government of Mozambique, involving four public universities in Brazil and two in Mozambique. We will report the course of this experience, identify some "stones" that emerged in the process of program management and point elements which we consider to be present in the deployment of an international cooperation program.

**Keywords:** Distance Learning. Open University/Brazil. International Cooperation.

A vida é um longo caminho. Algumas vidas são caminhos de pedra, outras de asfalto, outras de areia tostada, de ovas, de tronco, de barco, de estrelas e curvas celestes. Mas todos os caminhos desembocam no mar, nas águas do oceano.

Paulina Chiziane

## Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil foi criado, em 2005, pelo Fórum das Estatais pela Educação (instituído em 2004) para articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância – em caráter experimental (Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006 - Art. 1). Em 2007, o Sistema UAB faria sua estreia no campo da modalidade a distância com a oferta do curso de Administração e, em 2009, com o curso de Administração Pública. Hoje, o sistema integra 104 instituições públicas de ensino superior, oferece cerca de mil e duzentos cursos e atende a mais de 250 mil estudantes. Instituído e estruturado para expandir e interiorizar a oferta de cursos e de programas de educação superior no Brasil, em 2010 se aventuraria para sua primeira experiência fora do país. A África seria seu destino inicial.

Neste texto, procuraremos traçar o percurso dessa experiência, os constrangimentos encontrados, as estratégias desenvolvidas, os avanços alcançados, e tecer algumas análises provisórias.

## Ponto de partida

Durante seus dois mandatos, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou 33 viagens ao continente africano, visitou 23 países e instituiu dezenove embaixadas, em clara evidência do redirecionamento da política externa brasileira – reaproximação Brasil-África. Em Aula Magna dos cursos do Programa UAB em Moçambique, realizada em Maputo, em 09 de novembro de 2010, o ex-presidente afirmou: “Quando nós decidimos priorizar a nossa relação com o continente africano e, dentro dele, os países de língua portuguesa, têm algumas razões. Primeira, é a dívida histórica com a formação do povo brasileiro, que tem muito a ver com o povo africano [...]”.

Tratava-se de atitude de solidariedade, do reconhecimento de uma dívida histórica, pelos 350 anos de escravidão? Talvez um imperativo moral e ético de propor uma forma altruísta de cooperação, mas também de ver a África como campo de interesse político e econômico? Atravessaríamos o oceano que separa Brasil e África com que finalidade? O que levaríamos, que tipo de relação seria estabelecida? Por que Moçambique seria o país escolhido para essa primeira experiência do sistema UAB?

## UAB em Moçambique

Por parte do governo moçambicano, havia interesse na formação dos profissionais da educação e dos funcionários públicos para melhorar a qualidade do ensino e do serviço público. Cerca de 50% dos professores do Ensino Secundário não têm formação superior ou na área em que lecionam (MINED, 2010) e as Instituições de Ensino Superior estão concentradas em Maputo e em algumas capitais das Províncias, o que dificulta o acesso por parte dos professores e os que trabalham em localidades mais interioranas.

Havia vontade política por parte do governo brasileiro em estabelecer laços mais fortes com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), oferecendo diferentes tipos de serviços e apoio financeiro, sobretudo no campo da educação. Segundo o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva: “Nenhum tema é tão capaz de unir e transformar um país quanto a educação” (Aula Magna dos cursos do Programa UAB em Moçambique, Maputo, 9.11.10).

Assim, no campo da educação, inicia-se com a oferta, em São Tomé e Príncipe, Timor Leste (2005), Guiné-Bissau (2007), do curso de nível médio a distância do Programa de Formação de Professores em Exercício (ProFormação, criado em 1999).

Em 20 de julho de 2010, o Presidente da República sancionou a lei nº 12.289, instituindo a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como Universidade Pública Federal. Nesse mesmo ano, solicitou a expansão da Universidade Aberta do Brasil (UAB) para os países de Língua Portuguesa, na África, iniciando por Moçambique, onde o Brasil tem presença mais significativa com projetos nas áreas da saúde, da agricultura, da exploração mineral.

A Portaria Normativa do MEC n. 22, de 16 de outubro de 2010 instituiu o “Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique” com o objetivo de qualificar, por meio da modalidade a distância, gestores públicos e professores do Ensino Secundário e Básico do sistema público em Moçambique.

Implementado em sistema de cooperação, participam do Programa “UAB Moçambique”<sup>1</sup> duas universidades moçambicanas (Universidade Pedagógica/UP e a Universidade Eduardo Mondlane/UEM) e quatro universidades públicas brasileiras (Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Juiz de Fora), para a oferta dos cursos de Administração Pública (UEM/UFJF), Biologia (UP/UFG), Ensino Básico (UP/UNRIO) e Matemática (UP/UFF).

O projeto pedagógico de cada curso foi elaborado durante encontros de trabalho em Moçambique e no Brasil (em 2010) e apresentava proposta inédita:

1. O nome fantasia “Programa UAB/Moçambique” foi difundido e se popularizou para designar esse programa.

a dupla diplomação. Os estudantes eram matriculados em uma universidade moçambicana e, ao mesmo tempo, em uma universidade federal brasileira.

Na fase inicial do Programa, foram abertas 90 vagas para o curso de Administração Pública e 180 vagas para cada um dos três cursos de formação de professores (Biologia, Matemática e Pedagogia), constituindo um total de 610 estudantes a serem atendidos em três Polos de Apoio Presencial (nas cidades de Maputo – região Sul; de Beira – região Central; e de Lichinga – ao Norte).



Figura 1. Mapa - Localização dos polos

O Programa previa, até final de 2014, a instalação de dez polos (um em cada região do país), com mais de sete mil estudantes matriculados (5,5 mil professores do Ensino Secundário e Básico, e 1,5 mil funcionários da administração pública).

Além do material didático impresso e/ou em formato digital e do atendimento no Polo por tutores presenciais, o estudante tem acesso à plataforma virtual de ensino do curso para ser atendido por professores (moçambicanos e/ou brasileiros) e tutores a distância.

No dia 9 de novembro de 2010, no Polo de Maputo, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva proferiu Palestra de Aula Inaugural, com a presença de autoridades moçambicanas e brasileiras. Na mesma ocasião, foi assinado o Ajuste Complementar e o Projeto de Cooperação Técnica entre o Governo Brasileiro e o Governo Moçambicano, com a participação da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - entidade coordenadora do Programa -, e dos reitores das universidades envolvidas.

2. Em 20.11.12, o então Presidente Lula passou uma tarde com os intervenientes moçambicanos do Programa na sede do Polo de Maputo, conversando sobre o andamento do Programa.

Assim, o Programa nasceu por decisão política de dois governos, mas, sobretudo, do presidente Lula<sup>2</sup>. Por estar no final de seu mandato, isso provocou certo aceleração nas negociações entre os dois países, entre os Ministérios da Educação e na configuração do Programa. No prazo de seis meses, foi discutido e desenhado o sistema de EaD do Programa, e elaborados os projetos pedagógicos de cada curso, de forma tal que atendessem às especificidades e às exigências legais das instituições de ensino superior envolvidas.

Quando se esbarrava em questões legais e/ou técnicas, acreditava-se que a força da decisão política seria suficiente para dirimi-las o quanto antes. Apostava-se na continuidade política, com a sucessão presidencial, em janeiro de 2011, como elemento importante na “estabilidade” e na “governança” do Programa. Entretanto, era urgente “emplacar” o Programa antes do final do governo Lula. Era premente sua “institucionalização” no Brasil, sobretudo.

O trabalho então foi intenso, de idas e vindas, de encontros pedagógicos e técnicos no Brasil e em Moçambique, de conversas na Secretaria de Educação a Distância, no Ministério da Educação, e na Agência Brasileira de Cooperação, responsável pelos aspectos financeiros de grande parte do programa.

Coordenadores brasileiros e moçambicanos dos cursos a serem iniciados se empenharam arduamente na tarefa de construção e aprovação dos projetos pedagógicos dos cursos, no interior dos colegiados e nos conselhos de suas respectivas instituições. Isso porque os projetos teriam que ser aprovados nas universidades brasileiras e nas moçambicanas, pois os estudantes teriam sua matrícula em ambas as instituições.

Outro desafio foi desenhar o “modelo” de EaD a ser implementado. As duas instituições moçambicanas tinham experiência na oferta de cursos a distância<sup>3</sup>; porém, o que o Programa propunha era outra dinâmica e estrutura na oferta de cursos a distância, com a perspectiva de construir caminhos colaborativos, fazendo uso de novas ferramentas tecnológicas. Havia a perspectiva de expansão expressiva de matrículas de estudantes por meio da modalidade a distância em todas as Províncias do país, bem como a proposta do uso da plataforma virtual de aprendizagem como ferramenta importante no

3. O Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da Universidade Pedagógica começou a oferecer cursos de Inglês e Francês na modalidade a distância em 2006. O Centro de Ensino a Distância (CEND) da Universidade Eduardo Mondlane ofereceu, em 2008, seu primeiro curso a distância: Licenciatura em Gestão de Negócios.

processo de ensinar a distância, além do desenvolvimento de disciplinas e de material didático em colaboração, envolvendo instituições moçambicanas e brasileiras.

Estes elementos despertavam expectativas nos intervenientes moçambicanos: a possibilidade de desenvolver novas competências em EaD, a ampliação de novos saberes e o enriquecimento curricular a partir da contribuição de instituições públicas de outro país.

## As primeiras pedras

Mas é a pedra dura que faz a melhor ponte e a melhor estrada para que possas caminhar com rapidez e segurança.

Paulina Chiziane e Maria do Carmo da Silva

Durante o segundo semestre de 2010, as equipas envolvidas no Programa foram se preparando para a longa caminhada, mas, assim que foi dada a largada dos cursos, em primeiro de fevereiro de 2011, alguns componentes de apoio começaram a falhar, como a infraestrutura nos polos, o acervo bibliográfico e o material didático. No início do caminho não “havia uma pedra”, e sim várias pedras para tornarem o caminho mais árduo do que o previsto. Vejamos algumas delas.

### *Infraestrutura*

Os Polos de Maputo (inaugurado em setembro de 2008) e de Lichinga (inaugurado em abril de 2010), ainda que funcionando em espaços arquitetonicamente bem construídos, com recursos do Banco Mundial, apresentavam problemas nas instalações elétricas, no fornecimento de água e na rede para funcionamento da internet. Assim, sem energia e sem internet, tutores presenciais e estudantes não tinham acesso à plataforma do curso no Polo. Tinham, então, que recorrer às salas de “Internet Café”<sup>4</sup>.

4. Nome dado a *lan house* em Moçambique.



Figura 2. Polo de Maputo



Figura 3. Polo de Lichinga

5. O INED foi instituído, em 2006, com a função coordenadora e reguladora de todo sistema de EaD no país.

No polo de Maputo, há salas previstas para o funcionamento da tutoria, da gestão, da secretaria, da biblioteca; mas o Instituto Nacional de Educação a Distância (INED)<sup>5</sup> - responsável pela gestão dos CPED's -, já havia cedido parte dessas salas, em caráter temporário, ao Conselho Nacional de Exames e Certificação (CNEC). Segundo o INED, no início de 2011, o CNEC transferiria suas atividades para outra localidade, em novas instalações. Assim, haveria disponibilidade de mais salas para o Programa, o que não ocorreu até o presente momento. Foi feito, então, um arranjo para que os tutores presenciais e os coordenadores dos cursos pudessem ocupar duas salas, compartilhando o espaço com outros projetos. Para o atendimento aos estudantes, as salas de tutoria ficariam disponíveis somente no período da noite e aos sábados.

6. A partir de julho de 2011, a Agência Brasileira de Cooperação, após processo seletivo realizado pelo Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), contratou profissional para residir em Moçambique com o objetivo de coordenar a implantação do Programa nos primeiros anos.

Além da questão do espaço, havia outro problema a ser superado: o horário do funcionalismo público em Moçambique e, portanto, dos funcionários que atendem ao CPED - das 7h30 às 15h30, de segunda a sexta-feira. Após longas conversas e negociações, conseguiu-se, a partir da presença do coordenador residente do Programa<sup>6</sup>, a abertura dos CPEDs após o horário do funcionalismo público e em finais de semana.



Figura 4. Polo de Beira.

Diversamente desses dois polos, o localizado em Beira funciona no *campus* da Universidade Pedagógica, atende a 680 matriculados nos cursos do CEAD/UP (477 estudantes) e do Programa (203 estudantes). Embora com espaço reduzido, tem a vantagem de poder utilizar as dependências acadêmicas da Universidade Pedagógica, o laboratório de Biologia, a sala de informática, a biblioteca, as salas para encontro de estudantes e para as avaliações presenciais, e o auditório. Porém, sofre com as limitações da rede de internet e com o número reduzido de computadores disponíveis para os cursos a distância; o que acabou dificultando, em diversos momentos, o acesso à plataforma por parte dos estudantes do Programa.

Algumas soluções, então, foram adotadas. Foi disponibilizado aos tutores dos polos *modem* para acesso à internet, e “créditos” para poderem acessar a plataforma do curso e, assim, enviar trabalhos dos estudantes, manter contato com os docentes e a coordenação de curso, que também recebera um *modem* do Programa. Foi instalada pequena rede de internet na sala da coordenação local que atendia aos coordenadores de curso e aos tutores presenciais do polo de Maputo. Outro mecanismo foi o uso do celular para envio de mensagens aos estudantes, pois, de acordo com dados por nós coletados no formulário sobre Perfil dos estudantes (agosto 2011), mais de 80% possuíam telefone móvel.

### **Material didático**

Durante o ano de 2010, foram realizados encontros de formação de autores de material didático das disciplinas a serem ofertadas, mas o tempo não foi suficiente para que o material didático do primeiro ano fosse elaborado adequadamente. A solução encontrada pelos coordenadores foi a utilização de material já disponível de outros cursos ou o disponibilizado pela UAB, e de textos elaborados pelos docentes para suas aulas presenciais.

Sem a equipe multidisciplinar de produção, não foi possível realizar a revisão dos textos em produção, nem a adequação dos textos já disponíveis, tampouco diagramá-los a partir de um projeto gráfico do Programa. Os textos produzidos por docentes moçambicanos passavam por revisão da língua portuguesa e da linguagem para a EaD – realizada pelas equipes dos Centros de EaD da UP e da UEM.

Para suprir essas dificuldades, contava-se com a instalação de biblioteca nos polos, e com o acervo bibliográfico indicado pelas coordenações dos cursos, o que não foi possível concretizar até o momento - em razão, principalmente, da complexidade do processo de definição, licitação e entrega dos títulos nas bibliotecas.

### ***Dispersão geográfica dos estudantes***

O processo seletivo dos estudantes ficou a cargo de cada instituição moçambicana. O curso de Administração Pública, no polo de Lichinga, matriculou funcionários públicos que haviam sido selecionados pelo Instituto Superior de Administração Pública (ISAP), em 2009, para um curso que acabou não sendo oferecido. Nos polos de Beira e de Maputo, a indicação dos candidatos foi feita pelos governos das duas províncias e, em seguida, a coordenação do curso da UEM selecionou os candidatos a partir de seu desempenho no Ensino Secundário.

7. A nomenclatura “Delegação” da UP corresponde à de “campus universitário”.

A UP deixou a seleção a cargo da Direção da Delegação<sup>7</sup> da localidade onde está instalado o Polo, a partir de dois critérios básicos: o candidato ser professor na Província, e lecionar disciplinas relacionadas à área do curso pretendido.

Nesse processo, não foi bem dimensionada a implicação posterior da localização geográfica dos candidatos. Não foi pensada a estratégia de, por exemplo, na primeira fase do Programa, atender a determinada área, e, numa segunda etapa, atender a outra área. Dessa forma, os estudantes ficariam concentrados em distritos próximos. Isso possibilitaria às instituições fazer uso de estratégias de atendimento mais eficazes; e permitiria aos estudantes, por realizarem menor percurso, ir mais vezes aos encontros presenciais, e com custos menores.

No caso do curso de Administração Pública, a maioria dos estudantes reside próxima do Polo, o que não acontece com os cursos da UP. Os estudantes estão espalhados por toda a província, sobretudo os do Polo de Lichinga, alguns residindo a mais de 500km do polo e/ou em locais sem rede de internet e, às vezes, sem energia, com rodovias muito precárias, não trafegáveis no período das chuvas (novembro a março).

Uma solução encontrada pelo CEAD da UP na oferta de seus cursos foi criar, nos distritos onde há maior número de estudantes, pequenos “Centros de Recursos” – equipados com sala de estudo, dois ou três computadores e acesso à internet. O Programa está se beneficiando dessa infraestrutura existente. Em alguns finais de semana, os tutores do polo se deslocam para esses Centros (carinhosamente chamados de “polinhos”) para atender aos estudantes.

Essa dispersão dos estudantes em locais distantes e de difícil acesso, com condições precárias de comunicação, foi um fator que veio dificultar o atendimento mais intenso por parte dos tutores e docentes, e provocou a ausência maior dos estudantes nos encontros (virtuais e presenciais).

### ***Acompanhamento e avaliação dos estudantes***

O Programa prevê a dupla diplomação (isto é, a expedição de diploma reconhecido pela universidade moçambicana e pela universidade brasileira responsáveis conjuntamente pelo curso). Portanto, há o envolvimento de docentes e tutores a distância das instituições brasileiras. Com os problemas técnicos das plataformas de ensino, com a falta de internet nos polos e com a dificuldade da maioria dos estudantes de terem acesso à internet, como fazer o acompanhamento dos estudantes por parte do docente e do tutor a distância?

Algumas soluções provisórias foram encontradas. O curso de Administração Pública começou a realizar as avaliações nos computadores; estas eram gravadas no *pen drive* do tutor que, em seguida, acessava a internet e postava na plataforma do curso para que o docente pudesse ter acesso e fazer a devida avaliação. Dois cursos da UP fizeram opção para que o tutor a distância de disciplinas oferecidas pela universidade brasileira fosse um professor moçambicano que, sob acompanhamento e orientação do docente brasileiro, se responsabilizava por fazer a correção das provas. O terceiro curso da UP fez opção em deixar a docência sob a responsabilidade da instituição moçambicana parceira, oferecendo apoio direto aos docentes e não aos estudantes. Hoje, estão criadas as condições para que as provas de todos os cursos possam ser realizadas no computador, retirando assim essa pedra do caminho.

### **Revendo a caminhada**

A partir deste breve relato, podemos fazer uma pausa e, olhando para trás, para o caminho percorrido, pontuar alguns aspectos.

#### *Conhecimento do contexto e diagnóstico das condições locais de implantação do Programa*

Apesar dos encontros ocorridos em 2010, entre as equipes brasileiras e moçambicanas durante o percurso de configuração dos projetos pedagógicos, não houve tempo hábil para realizar estudo e levantamento de alguns aspectos

tos fundamentais para implantação do Programa com o formato que se propunha: as demandas de formação em cada Estado e distrito; as condições de infraestrutura das localidades onde o Programa seria implantado, inicialmente; o perfil socioeconômico e profissional dos possíveis estudantes; as experiências realizadas pelas UEM e pela UP no campo da EaD; a capacidade técnica do Instituto Nacional de Ensino a Distância (INED) para oferecer a estrutura necessária nos seus polos para atendimento aos estudantes; o tipo de apoio logístico, de infraestrutura e de recursos (humanos e financeiros) as duas universidades moçambicanas envolvidas teriam condição de oferecer.

Assim, com os prazos apertados para implementar o Programa, não houve tempo para estudo e conhecimento da “cultura moçambicana”, o(s) povo(s) que habitam Moçambique, as diferenças regionais, as tradições, sua maneira de pensar, sua relação com o tempo, com o espaço, as estruturas institucionais, as relações de poder, os ritmos de trabalho, os hábitos, o sistema educacional, os métodos de ensino, o sistema de avaliação, as expectativas, etc. Trata-se de um programa que envolve diferentes instituições, dois países e duas “culturas”.

Houve descompasso entre o tempo político (das vontades, das promessas e da “pressa” em fazer o Programa acontecer), o tempo institucional (das formalidades, dos trâmites internos de aprovação), o tempo cronológico (do planejamento e das fases de implantação e implementação) e o tempo do cotidiano e dos sujeitos diretamente envolvidos no andamento do Programa. O tempo político e institucional necessita conhecer e respeitar o tempo subjetivo dos envolvidos num programa, o tempo para que a proposta seja discutida, compreendida e construída coletivamente, sem atropelos e pressas. Quanto maior o número de instituições envolvidas, certamente maior será o tempo necessário para maturação da proposta, para que ela seja assumida como algo que nasceu da cooperação e que, portanto, irá produzir comprometimento por parte dos envolvidos.

### ***Sistema de EaD***

O CEND da UEM desenvolve um modelo de EaD baseado numa “plataforma de *e-learning*, combinando ainda o uso do *skype*”. O CEAD da UP estruturou seus cursos sobre bases físicas: material impresso e centros de recursos espalhados pelas províncias, com presença de tutores generalistas e a ida de tutores de especialidades para aulas presenciais.

Assim, tínhamos dois “modelos” de EaD em andamento. O Programa buscou unificá-los: uma base virtual por meio do uso intensivo da plataforma de ensino, uma base física de apoio nos polos - com infraestrutura de comunicação e presença de tutores -, e o material didático fazendo a ponte entre essas duas bases.

Logo apareceram diversas “pedrinhas” a incomodarem a caminhada. A primeira, na qual tropeçamos logo de saída, foi que as plataformas de ensino não funcionaram como se esperava. Na UEM, por problemas físicos de rede, a plataforma constantemente estava fora do ar. Na UP, mesmo ficando no ar de maneira mais constante, o ambiente era pouco amigável, aumentando as dificuldades que os estudantes tinham ao lidarem pela primeira vez com uma plataforma de ensino. Além disso, as duas instituições não contavam com equipe na manutenção da rede no horário noturno e em finais de semana, horários preferidos pelos estudantes para acessarem a plataforma. Era comum, em finais de semana, a plataforma estar fora do ar.

A segunda pedrinha era que lá na ponta, nos polos, não havia internet ou, quando havia, era de baixa velocidade. Além disso, os estudantes, em suas localidades, tinham dificuldade de acessar a internet ou porque não havia rede, ou porque a rede era de baixa velocidade, ou os custos eram altos para fazer uso constante dos “Internet Cafés”.

A terceira pedrinha era passar de um modelo artesanal de ensino (para poucos estudantes), praticado pela UP e pela UEM, para um modelo de grande escala que se propunha ser, ainda, do tipo “fordista” (PRETI, 1998; 2003), visando atender a um contingente cada vez maior de estudantes. Era proposto um sistema de EaD que envolvia os subsistemas de gestão, avaliação, tutoria, produção de material didático, com envolvimento de diferentes profissionais, o que exigia trabalho em equipe, postura colaborativa e de abertura a aprender.

Parecia que havia entendimento do que estava sendo proposto como sistema de EaD do Programa, mas quando as ações começaram a ser desencadeadas, apareceram os equívocos, os “mal-entendidos”. Não havia compreensão clara a respeito de a quem caberiam certas responsabilidades - sobretudo, na oferta das condições básicas nos polos. Os gestores dos polos estavam acostumados a fazerem gestão desses centros de outra forma. Com o Programa, novas exigências e procedimentos se sobrepunham às suas práticas consolidadas.

Os intervenientes da UEM e da UP com experiência em EaD se baseavam nela e não na nova proposta para realizarem suas intervenções, e os que não tinham experiência tinham maior dificuldade em compreender a dinâmica proposta pelo Programa. A prática era a da sala de aula presencial, o professor como centro do processo, atuando de maneira individual e sem muita interação com os estudantes.

O tempo de implantação foi curto, não suficiente para que os envolvidos discutissem e compreendessem a proposta e o sistema de EaD do Programa, as implicações pessoais e institucionais na passagem de uma docência presencial para uma docência “a distância”.

## Monitoramento e avaliação da aprendizagem e do sistema UAB Moçambique

O Programa previa a participação de uma instituição para realizar o Monitoramento e a Avaliação dos cursos e do Programa, o que aconteceu em final de 2013. Em 2011, foi constituída então uma comissão composta por integrantes das duas instituições moçambicanas para realizar pelo menos uma avaliação dos cursos ao final de cada semestre. Assim, foram coletados dados referentes às percepções dos estudantes em relação à docência, à tutoria, ao material didático, à infraestrutura de apoio; dados sobre rendimento escolar, sobre o acesso e uso das novas tecnologias e do ambiente virtual do curso, etc. Além desses instrumentos, há os relatórios semestrais dos coordenadores de curso e os relatórios trimestrais do coordenador residente.

Numa leitura preliminar, os estudantes apontam o “otimismo” em relação ao curso e ao Programa e, ao mesmo tempo, a debilidade do sistema UAB em Moçambique frente a diversos constrangimentos por eles apontados: não existência de Biblioteca nos polos, dificuldade de acesso à plataforma de ensino, material didático do Programa ainda não produzido, e fraca interação com os docentes e tutores a distância.

Os estudantes alegam como causa do abandono do curso, sobretudo no caso do curso de Matemática, questões financeiras (dificuldade em pagar as mensalidades<sup>8</sup> e o material didático), ou a falta de “base” para acompanhar o curso (sobretudo os do curso de Matemática, no qual a evasão é maior).

Apesar das dificuldades vivenciadas, os estudantes têm demonstrado motivação e persistência. O índice geral de abandono, após três anos do início dos cursos, é de 15,1 (do curso de Ensino Básico é de 4,5%).

8. Em Moçambique, os estudantes matriculados em cursos noturnos e a distância, nas universidades públicas, pagam mensalidades.

Quadro 1. Número de matrículas por curso e por polos nos anos de 2011 e 2014

Polos		Beira		Lichinga		Maputo		TOTAL		Abandono	
Cursos	Ano	2011	2014	2011	2014	2011	2014	2011	2014	n.	%
Administração Pública		30	25	30	27	30	23	90	75	15	16,6
Biologia		74	64	69	49	66	63	209	176	33	15,7
Ensino Básico		75	71	73	70	71	68	219	209	10	4,5
Matemática		63	39	58	46	55	44	176	129	47	31,8
TOTAL		242	199	230	192	222	198	694	589	105	15,1

Fonte: Secretaria do Programa, Maputo – março de 2014.

Podemos justificar esses resultados quantitativamente positivos por dois aspectos. O primeiro é a “teimosia” do estudante que não desiste, que estuda

e aprende, apesar de todos os constrangimentos. Para os que não residem nas cidades sede dos polos, talvez seja uma ocasião única em sua vida para frequentar uma universidade, num país em que menos de 2% da população têm curso superior, o que significa certa “ascensão social”. Associado a isso, o fato de, por serem funcionários públicos, o curso representa não somente estabilidade no trabalho como, sobretudo, progressão funcional e, conseqüentemente, melhoria nas condições de vida.

O segundo aspecto é o trabalho intensivo realizado pelos coordenadores de curso e, sobretudo, pelos tutores nos polos que, diante das dificuldades de os estudantes acessarem a plataforma e contatarem docentes e tutores a distância, participaram intensamente no processo de ensinar. Associa-se a isso o fato de os tutores presenciais dos cursos da UP serem docentes da própria instituição<sup>9</sup>. Assim, mesmo com o pouco contato que o estudante possa ter tido com o docente e o tutor a distância, a presença próxima de um tutor lhe possibilitou condições de estudo e de aprendizagem.

## **Caminhos a serem (re)construídos**

Para finalizar este breve relato do início do Programa, alguns indícios que podem contribuir na reconstrução dos caminhos percorridos, alguns componentes para dar integração ao Programa.

### ***Qualificar os processos de ensinar***

No início de cada semestre, é realizado um Encontro de Formação em EaD para preparar docentes, coordenadores e tutores no uso de plataformas de ensino, na compreensão do sistema de EaD a ser implementado, e na produção de material didático. Também é realizado o Encontro de Estudantes nos Polos. Nesses encontros, a participação de todos os envolvidos tem permitido fazer alguns ajustes aos constrangimentos que foram aparecendo ao longo da caminhada, e traçar o caminho a ser percorrido ao longo do semestre.

Ainda não temos dados coletados sistematicamente para avaliar os resultados desses Encontros de formação, a qualidade da aprendizagem dos estudantes, e em que medida o Programa está agregando novos conhecimentos e/ou modificando práticas docentes e discentes. Pelos relatos dos estudantes nos Encontros presenciais e, ao responderem aos questionários que avaliam de maneira geral os cursos e o Programa, há críticas em relação ao modo de alguns docentes atuarem, por estarem constantemente ausentes da sala virtual, ou por demorarem a dar *feedback*. Por outro lado, docentes se queixam da pouca participação dos estudantes nos fóruns, e da prática persistente da “cópia” nos trabalhos recebidos.

9. Uma das fragilidades da tutoria no Brasil é o vínculo precário ou inexistente com o setor público (gerando instabilidade e problemas de ordem trabalhista), além da formação acadêmica não garantida por estudos avançados de pós-graduação e o crivo do concurso público, como é o caso dos tutores da UP. A UEM estuda também como incorporar seus tutores à instituição, para que seu trabalho tenha caráter institucional.

Apesar das capacitações contínuas, realizadas semestralmente, há docentes que ainda apresentam dificuldades em lidar com a sala virtual. Há certa resistência na introdução de novas práticas na docência. O desafio do Programa é sensibilizar esses docentes, levá-los a perceber que a sala virtual é tão rica de interação e possibilitadora de aprendizagem como a presencial e, por outro lado, despertar nos estudantes motivação para interagir por meio do ambiente virtual.

### ***Compromisso político com capacidade técnica ou vice-versa***

Como parte do desafio de qualificar os processos de ensino e da modalidade a distância, o compromisso político e a capacidade técnica devem caminhar juntos, de mãos dadas, em todos os níveis: do docente e tutores à equipe técnica e de coordenação, dos Centros de EaD aos Departamento, Faculdades, reitorias e órgãos dos Ministérios envolvidos.

Mas, o que constatamos foi que, ao longo do processo de implantação e de implementação, as vontades políticas, as promessas esbarraram com questões técnicas e/ou legais, retardando o andamento do Programa. As “promessas” não eram percebidas como sendo proferidas e assumidas por um governo, mas por pessoas que estavam no/com o governo. Tempo e energia foram gastos para superar os impasses; em parte, pois ainda há entraves a serem retirados para que a caminhada flua.

Assim, continua atual o debate histórico da década de 1980, da relação entre o compromisso político e a capacidade técnica ou a capacidade política e o compromisso técnico<sup>10</sup>.

10. O debate entre Guiomar Namó de Mello, Dermeval Saviani e Paolo Nosella (1982-83). Posteriormente, Nosella fará uma retrospectiva deste debate: NOSELLA, Paolo. Compromisso político e competência técnica: 20 anos depois. In: **Educação e Sociedade**, v. 26, n. 90, p. 223-238.

Ou, talvez, podemos entender melhor o descompasso entre o Programa, como parte de uma política de governo, e sua execução, a “inércia governamental” para tomar decisões necessárias ao andamento do Programa, recorrendo à discussão de Max Weber, quando se referia à burocracia como a “nova servidão”, a “ditadura do funcionário”. Às vezes, na estrutura da implementação de políticas e projetos – entre a tomada de decisão e a execução – há equipes de funcionários que detêm uma espécie de “micro poder”, podendo emperrar ou apoiar a execução de determinado projeto ou programa (apud PRETI, 1997).

### ***Sistema de EaD adequado à cultura local***

Na EaD, fala-se muito que uma de suas qualidades é ser um sistema “flexível”. Mas o que se entende por “flexibilidade? Que a EaD é um sistema aberto, com ritmos diferenciados nos processos de ensinar e de aprender? Que o tempo é o tempo de cada estudante? Como fica o “tempo da instituição” e do Programa que tem normas, procedimentos e prazos a serem cumpridos?

Para a sociedade moçambicana, o tempo e o ritmo são o da vida (o *ápeiron* dos gregos), dos acontecimentos da vida (estações, nascimento, casamento, morte, etc.). Portanto, a “organização do tempo” segue outra lógica, diferente da que existe em uma sociedade que se comunica pela palavra escrita (linear, previsível, autônoma) e hoje, de maneira crescente, pela linguagem digital (descontínua). Trata-se de uma sociedade que não vive intensamente o “tempo industrial” (KENSKI, 2004, p. 31), mecânico e objetivo (o *kronos* dos gregos), o “aqui e agora” do atual mundo globalizado e, menos ainda, o “tempo virtual”, o tempo fenomênico da exposição.

Este é outro desafio do Programa, construir com os intervenientes moçambicanos um sistema de EaD configurado à sua lógica do tempo e, ao mesmo tempo, ao da instituição.

### ***Cultura Organizacional***

Observando e acompanhando a rotina do Programa, temos percebido a dificuldade que os intervenientes apresentam de compreender os processos de comunicação e de gestão que deveriam tornar leve e rotineira a dinâmica do funcionamento do Programa.

Há necessidade de se construir práticas que consolidem, ao longo do percurso, organização, unidade e fluxo para que haja efetividade no trabalho cotidiano, para que se rompa o silêncio que existe na rede, com pouca interação e colaboração na construção coletiva do percurso (nas tomadas das decisões, na elaboração de documentos, nos planejamentos), e que acaba também provocando ruídos, com o conseqüente desperdício de tempo e de energia.

Essa dificuldade em entender a estrutura e o ritmo de um Programa que pretende atuar de forma sistêmica e em rede tem propiciado gasto de tempo e de energia na condução e realização de tarefas. Porém, temos que compreender o porquê dessa pedra no meio do caminho. Podemos deduzir que o longo processo colonizador a que foram submetidas as populações de Moçambique (1885-1975) e a atual estrutura centralizadora da gestão pública talvez tenham desenvolvido fraca capacidade de gestão nas instituições (BROUWER *et al.*, 2010) e, portanto, nos funcionários públicos.

Também, a dificuldade às vezes de o sujeito tomar iniciativa ou uma decisão está ligada à questão da hierarquia, das relações de poder, muito presente na estrutura do funcionalismo público. Remete-se sempre a alguém superior a tomada de decisão. Com isso, qualquer solução ou decisão é demorada, leva algum tempo, o que acaba emperrando ações do Programa.

Temos que compreender também que lidamos com uma sociedade eminentemente rural (cerca de 70% da população reside no campo<sup>11</sup>), que se utiliza, predominantemente, da linguagem oral – cujas características são a circula-

11. Dados fornecidos ao “Correio da Manhã” (em 4.1.12) pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) da República de Moçambique: em 2012, estima 23,5 milhões de habitantes, dos quais 16.315.421 residiriam no campo.

12. Dos 20,2 milhões de moçambicanos, 50,4% são analfabetos (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2009). Na prática, estima-se que somente 30% sabem ler e escrever português, pois, no cotidiano a maioria das pessoas utiliza sua própria língua.

ridade, a repetição, a dependência<sup>12</sup> –, de uma sociedade em que a língua materna não é a língua portuguesa. Além disso, os sentidos das palavras da língua portuguesa do Brasil e a de Moçambique nem sempre são os mesmos, o texto é escrito num contexto e é lido a partir do contexto em que o sujeito-leitor se situa e foi formado; o que pode provocar constantes ruídos.

Somado a isso, o uso das novas tecnologias de comunicação a distância é recente. Docentes, tutores e estudantes acabam não fazendo uso, ou não interagindo por meio delas.

Assim, os processos de gestão e de comunicação – que deveriam tornar eficiente a dinâmica do funcionamento do Programa –, mesmo quando discutidos e acordados, nem sempre são compreendidos ou seguidos, optando-se por retornar às formas tradicionais instituídas na rotina do trabalho universitário e da vida pessoal.

O que percebemos, então, é a dificuldade em colocar em andamento decisões tomadas, prazos estabelecidos no coletivo, mudanças a serem implementadas. É um tempo indefinido: “Há de se fazer”. Isso torna a caminhada não somente lenta, como menos produtiva.

Não queremos com isso dizer que se trata simplesmente de estabelecer certa “organização”, fluxo de comunicação e procedimentos de gestão. É muito mais do que somente isso. É importante, para que o Programa ganhe sustentabilidade, a construção coletiva de “cultura organizacional”, cada sujeito tomando consciência de que é parte de uma equipe, de um coletivo, de um projeto institucional, que o trabalho do outro depende do trabalho dele, dos prazos a serem cumpridos, das tarefas a serem realizadas, de valores e princípios a serem consolidados e compartilhados.

### ***Sustentabilidade***

Um dos princípios norteadores do Programa a ser construído é o da sustentabilidade, a ser entendida não apenas em sua dimensão política, financeira, administrativa e tecnológica, mas como é entendida por Capra (1997) e por Morin (2000), como processo complexo, dinâmico e progressivo, que envolve não somente a relação humana com o mundo, com o ambiente, mas, sobretudo, várias dimensões e interpretações, tais como a parceria colaborativa entre as instituições envolvidas no Programa e entre seus participantes; a flexibilidade nos processos de ensinar e de aprender; a diversidade cultural, de conhecimentos e de práticas; a interconexão e interdependência dos fatos, dos conhecimentos.

Daí, a necessidade de superarmos o paradigma cartesiano fortemente presente em nossa formação, separando o campo da ação política do campo técnico, fragmentando a formação do ser (que pensa, sente e age), do ho-

mem integral, da “identidade humana”. Nas práticas pedagógicas dos cursos do Programa, essa dicotomia se torna presente entre o proposto e o realizado, entre disciplinas de cunho teórico e as práticas, entre o conteúdo trabalhado ao longo do semestre e os Seminários Temáticos ou os Temas Transversais. Projetos que se fundamentam em abordagens sócio-construtivistas, mas que se materializam seguindo rastros pedagógicos de base pós-fordista e/ou neotecnista, que também têm alimentado o Sistema Universidade Aberta do Brasil (PRETI, 2009; MEDEIROS, 2010).

### ***Governança do Programa***

Formalmente, o Programa foi “institucionalizado” pelo Ministério da Educação, ao produzir a Portaria Normativa n. 22 (2010) e pelas universidades envolvidas, ao serem aprovados os projetos pedagógicos nos órgãos colegiados e ao serem assinados os Convênios. Quem coordenou a fase de construção do Programa e sua implantação foi a Secretaria de Educação a Distância (SEED) do MEC, extinta em janeiro de 2011. A partir de abril de 2011, a CAPES assumiu essa nova função, tendo que passar por processo de adaptação, o que tornou imperativo algum cadenciamento do Programa para organização e ajuste da coordenação desse Programa de cooperação internacional nos moldes do padrão-CAPES de gestão de programas e projetos que, aliás, é reconhecido e consolidado há mais de 60 anos.

Na visita que realizou a Maputo, em dezembro de 2011, a CAPES afirmou a necessidade de dar “governança” ao Programa e solicitava, então, que houvesse um Comitê de Gestão do Programa em Moçambique e outro no Brasil, como interlocutores neste processo. Em 19 de abril de 2012, o Ministro da Educação de Moçambique assinava Despacho n. 23, criando o Comitê de Gestão do Programa em Moçambique, sendo formado por representantes do Ministério da Educação (INED, Direção de Planificação e Cooperação, Direção de Coordenação do Ensino Superior), da Universidade Pedagógica, da Universidade Eduardo Mondlane, da Embaixada do Brasil e pelo coordenador local do Programa. Teria como função principal acompanhar, avaliar o andamento do Programa, institucionalizá-lo e realizar estudos para sua expansão. Em agosto de 2012, foi criado o Comitê Gestor do Programa no Brasil. Foi um novo marco no Programa, pois esses dois Comitês passaram a coordená-lo de maneira consistente e institucional. De fato, ao longo do ano de 2013, as reuniões dos Comitês de Gestão, as missões para Moçambique das universidades brasileiras envolvidas e da coordenação executiva deram maior visibilidade institucional e governança ao Programa.

Temos que ressaltar o esforço intenso e produtivo do governo brasileiro, por meio da Agência Brasileira de Cooperação e, sobretudo, da CAPES, com sua equipe técnica de coordenação do Programa, no fomento e na coordenação

13. Ações como a organização das missões, os ajustes contínuos, a articulação política, o portal do Programa, a produção do material didático.

técnica<sup>13</sup> e com a coordenação executiva no Brasil, no processo de gestão e institucionalização do Programa.

### Em busca da “pedra filosofal”

Podemos dizer que as pedras encontradas no caminho e que mencionamos ao longo do texto seriam removidas ou nem estariam no caminho se houvesse uma espécie de “pedra filosofal” a sustentar o chão da estrada: o Projeto Pedagógico do Programa.

O Programa havia sido desenhado nos aspectos técnicos e financeiros, mas faltou a construção coletiva de um Projeto Pedagógico que elaborasse pontos de partida comuns (valores, princípios norteadores, perfis, responsabilidades, procedimentos) e de chegada (metas, resultados), e recuperasse experiências de EaD das instituições envolvidas, para que fosse proposto um sistema de EaD sustentável, “conformado” à realidade local (perfil dos estudantes, infraestrutura física e tecnológica de apoio, sistema de comunicação, normas institucionais, recursos humanos, políticas educacionais e sociais). Enfim, que propiciasse unidade, direção e sentido a todas as ações e decisões do Programa.

Cada curso voltou-se para a construção do seu projeto pedagógico, baseado ora em objetivos de aprendizagem, ora em competência, ora em resolução de problemas. Faltou a elaboração de um projeto comum - “guarda chuva” - que abrigasse cada projeto, tecendo uma rede entre os diferentes caminhos traçados por cada curso.

Um projeto que possibilite sustentabilidade e potencialize o poder transformador da educação, tendo como meta não o simples domínio e reprodução de conteúdo por parte dos estudantes, mas mudanças em suas práticas profissionais e em suas vidas; que vise não apenas à apresentação de resultados, ao desenvolvimento de competências técnicas e profissionais do estudante, mas, sobretudo, a dimensões pessoais e culturais. Um projeto que aponte os caminhos da ação educativa interdisciplinar na formação do estudante e da sua intervenção na comunidade local e nacional.

Esta “pedra filosofal” ajudaria a retirar as pedras no caminho e a re-constituir caminhos percorridos para que o Programa tenha significado educativo e político na formação de profissionais competentes e críticos, capazes de participar efetivamente no desenvolvimento do País. Chegaremos, assim, ao oceano, como nos encoraja a escritora moçambicana Paulina Chiziane.

Nesse sentido, o Programa poderá desenvolver nos estudantes não somente a atitude da coruja que aguarda o findar do dia para levantar voo e perscrutar os acontecimentos do dia, mas, sobretudo, a da águia que não espera o entardecer, mas, em pleno dia, ao caminhar da jornada, levanta seu voo. Quanto mais alto, melhor sua visão de conjunto, mas com o olhar focado no

seu objetivo, na sua presa, para que – quando descer – obtenha os resultados desejados; que é capaz do sacrifício, da renúncia aos seus instrumentos de voo e de caça que, com o passar do tempo, não são mais eficazes, para se renovar e se transformar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROUWER, Roland; BRITO, Lídia; MENETE, Zélia. Educação, Formação Profissional e Poder. In: BRITO, Luis de *et al.* (org.). **Desafios para Moçambique 2010**. Maputo: IESE, 2010, p. 273-96.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos**. S. Paulo: Cultrix, 1997.

FRANCISCO, António. Ter muitos filhos, principal forma de proteção numa transição demográfica incipiente. In: BRITO, Luis de *et al.* (org.). **Desafios para Moçambique 2011**. Maputo: IESE, 2011, p. 231-282.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

MEDEIROS, Simone. A Docência (e a formação docente) na Educação a Distância (EaD): notas para reflexão. In: **Educação em perspectivas**. v. 1, n. 2, p. 331-254.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2 ed. S. Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

PRETI, Oreste. Educação a Distância e globalização: desafios e tendências. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 79, n. 191, jan./abr. 1998, p. 19-30.

\_\_\_\_\_. **O estado da arte sobre “tutoria”**: modelos e teorias em construção. Cuiabá: IE/UFMT; Saint-Foye/Quebec: Télé-université Du Québec, 2003. Disponível em: [www.uab.ufmt.br/uab/images/artigos\\_site\\_uab/tutoria\\_estado\\_arte.pdf](http://www.uab.ufmt.br/uab/images/artigos_site_uab/tutoria_estado_arte.pdf)

\_\_\_\_\_. **Educação a Distância: políticas e fundamentos**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

\_\_\_\_\_. **A trajetória de um sonho: a experiência do Projeto “Escolonização”**. Cuiabá: IE/UFMT, 1997. Mimeo.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. Maputo, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Direção de Planificação e Cooperação. **Estatística da Educação: Levantamento Escolar – 2010**. Maputo, ago. 2010.